



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JANIELE FERREIRA BATISTA

**O ENSINO DE LIBRAS E A EDUCAÇÃO DOS SURDOS: UM RELATO
TEÓRICO CRÍTICO.**

**GUARABIRA – PB
2016**

JANIELE FERREIRA BATISTA

**O ENSINO DE LIBRAS E A EDUCAÇÃO DOS SURDOS: UM RELATO
TEÓRICO CRÍTICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (Câmpus III), em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora: Profª Esp. Aline de Fátima da
Silva Araújo**

GUARABIRA – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B333e Batista, Janiele Ferreira
O ensino de libras e a educação dos surdos: [manuscrito] : um relato teórico crítico / Janiele Ferreira Batista. - 2016.
34 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Aline de Fátima da Silva Araujo, Departamento de Pedagogia".

1. Libras. 2. Surdez. 3. Prática Pedagógica. I. Título.
21. ed. CDD 371.9

JANIELE FERREIRA BATISTA

**O ENSINO DE LIBRAS E A EDUCAÇÃO DOS SURDOS: UM
RELATO TEÓRICO CRÍTICO.**

Aprovada em: 14 / 02 / 2016

Banca Examinadora

Aline de Fátima da Silva Araújo

Profª Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo – UEPB (Câmpus III)
(Orientadora)

Débora Regina Fernandes Benício

Profª. Me. Débora Regina Fernandes Benício – UEPB (Câmpus III)

(Examinadora)

Verônica Pessoa da Silva

Profª. Dr. Verônica Pessoa da Silva – UEPB (Câmpus III)

(Examinadora)

GUARABIRA – PB
2016

Este trabalho, a Deus por ter me dado forças para galgar este caminho, permitindo a aquisição da experiência que hoje tenho. E aos meus pais, os quais sempre estiveram ao meu lado, razão do meu esforço e determinação, por eles superei muitos obstáculos, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por minha existência e por me fazer uma pessoa capaz.

Aos meus pais, pela minha criação, educação e por não medirem esforços para que eu prosseguisse na minha formação acadêmica.

Aos colegas de classe pelo respeito e tolerância com que me trataram, mesmo nos momentos que as opiniões divergiam.

Agradeço a todos que fazem parte do corpo docente da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III, pela atenção e compromisso com a educação e o futuro dos profissionais que nela se formam.

Quero agradecer a minha Orientadora e Professora Aline de Fátima da Silva Araújo que esteve presente na construção deste trabalho.

As professoras examinadoras deste trabalho, Débora Fernandes e Verônica Pessoa por contribuírem em minha formação acadêmica.

A todos que fazem parte desta instituição de ensino quero externar os meus sinceros agradecimentos.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram no meu processo de formação.

“No mundo há muitas línguas diferentes, mas cada uma tem seu sentido. Porém, se eu não entendo a língua que alguém está falando, então quem fala é estrangeiro para mim e eu sou estrangeiro para ele.”(Primeira carta de Paulo aos Coríntios)

RESUMO

O presente estudo aborda o ensino de LIBRAS, por meio de uma trajetória histórica referente a educação dos surdos. Observamos que esse tema, desde algumas décadas até hoje, é motivo de discussão no âmbito educacional. Para tanto, esta pesquisa objetiva reconhecer a importância do curso de LIBRAS na formação do profissional da educação bem como a realidade da inserção da Língua Brasileira de Sinais no ensino regular. A metodologia utilizada neste estudo, estruturada nos moldes da abordagem qualitativa da pesquisa, envolveu tanto o estudo bibliográfico, baseada em autores tais como: PENA e SAMPAIO (2010), SÁ (2006), DAMÁSIO (2005); SKLIAR (1997); ALBRES (2005); DEUS (2011); dentre outros; bem como a pesquisa de campo, na qual investigamos a relevância da aquisição da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação, através de um questionário aplicado a uma graduanda de Pedagogia da UEPB e cursista de LIBRAS da Funad - Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com deficiência. Assim, apontamos como fonte de aprendizagem e pesquisa acadêmica o ensino de LIBRAS e os conceitos sobre a pessoa surda, com o intuito de apresentar a realidade do ensino de LIBRAS, segundo os dados estabelecidos e realizados. Neste sentido, este estudo nos permitiu compreender as diretrizes que permeiam a educação dos surdos e o ensino da Língua Brasileira de Sinais, favorecendo uma atuação crítico-reflexiva no ensino regular, ampliando as bases de uma formação pedagógica de caráter social e humano que este ensino problematiza.

Palavras-chave: Libras. Surdez. Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The present study approaches teaching of BSL, tracing a historical trajectory regarding the education of the deaf. We observed that this theme, since a few decades to today, is motive of discussion in the educational ambit. Therefore, this objective research recognize importance of the BSL in the formation of the education professional as well as the reality of the insertion of Brazilian Sign Language in the regular education. The methodology used in this study, structured in the molds the qualitative approach, involved so much bibliographic research, based on authors such as : PENA e SAMPAIO (2010), SÁ (2006), DAMÁSIO (2005); SKLIAR (1997); ALBRES (2005); DEUS (2011); among others; as well as field research, in which we investigated the relevance of the acquisition of Brazilian Sign Language in the formation courses, through a research with a graduating of Pedagogy of UEPB and cursist of BSL of the FUNAD - Foundation Integrated Center for Supporting Persons with Disabilities. Thus, we point out how as a source of learning and academic research the teaching of BSL and concepts about the people deaf , in order to present the reality of the teaching of BSL, according to the data established and realized. In this sense, this study allowed us to understand the guidelines that permeate the education of the deaf and the teaching of the Brazilian Sign Language, favoring a critical-reflexive atuation in Regular Education, broadening the bases of a pedagogical formation of social and human character that this teaching problematizes.

Key words : BSL, Deafness, Pedagogical Practice

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1 METODOS DE PESQUISA.....	13
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3.1 A INCLUSÃO EDUCACIONAL DO SURDO.....	14
3.2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	15
3.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL.....	20
3.4 METODOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO COM SURDOS.....	22
3.4.1 ORALISMO.....	22
3.4.2 COMUNICAÇÃO TOTAL.....	23
3.4.3 BILINGUISMO.....	23
4 RESULTADO E DISCUSSÕES.....	26
5 CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXO.....	33

1 INTRODUÇÃO

No que se refere a educação dos surdos e ao ensino de LIBRAS no Brasil, na contemporaneidade, nos deparamos com inúmeras indagações e conceitos que acabam por se perder em meio as dificuldades que encontramos enquanto educadores dentro de nossas escolas, seja no currículo escolar que não privilegia o educando surdo, seja pela formação docente, bem como a falta de estrutura das escolas. Com isso, presenciemos problemas que configuram uma situação de não contribuição no desenvolvimento para o processo de ensino e aprendizagem da pessoa com surdez.

Assim, o presente trabalho aborda a temática referente ao ensino de LIBRAS e a trajetória histórica da educação dos surdos, com vistas a constituição de um estudo teórico crítico sobre esta abordagem, levando em consideração as premissas educativas e de caráter inclusivo desenvolvidas nas salas de aula do ensino regular, analisando o papel social que a escola desempenha na busca de estabelecer elos entre a socialização, educação e respeito para com pessoas surdas em nossa sociedade.

Nosso objetivo geral, neste estudo, é reconhecer a importância do curso de LIBRAS na formação do profissional da educação bem como a realidade da inserção da Língua Brasileira de Sinais no ensino regular, como objetivos específicos: abordar o papel do educador do ensino regular no que concerne a comunicação com o aluno surdo em virtude de sua formação inicial; e verificar o uso da Língua de Sinais no ensino regular como entendimento do que preza o discurso oficial e a realidade que se vivencia no cotidiano escolar.

Para tanto, estruturamos este trabalho buscando compreender como se deu a história do surdo numa perspectiva histórica no contexto da sociedade da educação brasileira. Analisar o uso da Língua Brasileira de Sinais nas salas de aula regulares é uma forma de incluir o indivíduo surdo no processo de socialização e de entendimento do real papel da escola e do professor, que deve abandonar sua postura segregacionista e assumir sua postura de educador e disseminador do conhecimento, procurando estimular no surdo todas as suas potencialidades e dimensões, estreitando as relações entre surdos e ouvintes.

Vale salientar que a pessoa surda tem o direito de se matricular e ter acesso ao ambiente escolar como garantias presentes na legislação, de acordo com a Declaração de Salamanca:

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (1994, p. 01).

Sendo assim, todos os alunos surdos têm direito de matricularem-se nas escolas em todo o território brasileiro, destacando neste sentido o estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que vigora desde 2008.

Neste sentido, estabelece-se que a comunidade escolar deverá estar aberta à diferença linguística do educando, resignificando o ensino e o acesso à comunicação, conhecimento e ensino que precisará ser garantido por intermédio da Educação Bilíngue, que se trata do reconhecimento da LIBRAS como primeira língua e que, através dela, o surdo terá acesso aos outros conteúdos. A Educação bilíngue tem como pressuposto básico a necessidade da pessoa surda ser bilíngue, ou seja, esta necessita obter a Língua de Sinais, considerada a língua natural dos surdos, que remete a questão gestual para a comunicação, e a segunda língua na modalidade escrita no nosso caso o Português. Por isso, a escola tem um papel importante de proporcionar aos seus alunos através da Educação Bilíngue as competências necessárias para utilizar as duas línguas que são de modalidades diferentes. Configurando assim, uma formação mais abrangente e eficaz do educador que deverá receber este aluno a qualquer momento garantindo a ele o acesso a uma educação e conseqüentemente a exposição a um ambiente linguístico de qualidade.

2 DESENVOLVIMENTO.

Como metodologia para o desenvolvimento deste estudo fizemos uso da pesquisa bibliográfica, cujos dados que o embasam foram obtidos através da coleta de dados em diferentes autores, bem como de uma pesquisa de campo que se deu através da aplicação de um questionário para melhor compreender a temática em questão.

De acordo com Gil, pesquisa pode ser definida como:

Um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (2007, p. 17).

Segundo Marconi e Lakatos:

A pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica (1992, p. 75).

2.1 MÉTODO DE PESQUISA

O método de pesquisa escolhido para o desdobramento metodológico do presente trabalho foi a abordagem dialética, que é a “Arte do diálogo ou da discussão, baseada na força da argumentação” (GIL, 2007, p. 75).

Assim a pesquisa dialética, segundo o autor, baseia-se na premissa que explora aspectos teóricos e conceituais referentes à metodologia científica, em que se introduz o diálogo e a discussão como formas de argumentação, na criação de um verdadeiro aporte conceitual na construção de argumentos relevantes dentro dos conceitos e na construção do conhecimento científico (GIL, 2007, p. 75).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A INCLUSÃO EDUCACIONAL DO SURDO

Observamos a realidade escolar e a inexperiência dos profissionais da educação no trato e recebimento do aluno surdo nas salas de ensino regular. Portanto, destaca-se nesse momento, uma análise da atual situação da educação do surdo, em nossa educação, vimos que apesar dos avanços legais ocorridos nas últimas décadas a respeito da escolarização, da promulgação das diretrizes curriculares que regem nossas entidades escolares e dos avanços legais no que diz respeito à educação inclusiva, o aluno surdo ainda enfrenta situações de exclusão em que é colocado à margem do processo, sendo a ele negada a incorporação desses avanços no reconhecimento de suas habilidades e competências.

O que se expressa no trabalho estabelecido com o aluno surdo é sinal de uma educação à margem da realidade que deveria ser seguida, diferente do que a legislação garante e do que as redes escolares têm o dever de oferecer.

Compreender o processo de inclusão das pessoas com deficiência e destacar a inserção de alunos surdos no ensino regular são formas de garantir e expor a realidade das condições educacionais que este aluno encontra. Uma vez que as condições inadequadas de desenvolvimento de suas potencialidades não garantem, neste processo de “inclusão”, uma aprendizagem significativa e que esteja de acordo com o conteúdo curricular de ensino. Sendo assim, podemos dizer que:

A educação inclusiva de alunos com surdez na escola regular, parte do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, provoca mudanças na escola e na formação docente, propõe uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. É uma abordagem que procura responder as necessidades de aprendizagem desses educando, melhora a qualidade do ensino, atua como impulsionadora das mudanças nas práticas educacionais nas escolas, desafiando os professores a desenvolverem novas metodologias. (DEUS, 2011, p. 02)

O que presenciamos, na maioria das vezes, são professores despreparados, ou que não têm nenhuma formação na área da educação inclusiva ou que apenas vivenciaram tais preceitos como disciplinas curriculares básicas durante suas licenciaturas, configurando, mais uma vez, o despreparo dos professores atuantes nas escolas regulares que, como foi exposto, em sua maioria, não estão devidamente

habilitados para trabalhar com a inclusão escolar desses alunos, o que prejudica o ambiente de ensino aprendizagem do surdo por completo.

Neste sentido, faz-se necessário dispormos de algumas considerações sobre a definição da pessoa surda e de sua história pela afirmação e luta por sua identidade social.

3.2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Traçamos agora, por meio de um breve relato, a história da educação dos surdos, os avanços e retrocessos ocorridos em toda sua história, desde a Antiguidade até os dias atuais. Este percurso favorecer uma discussão sobre o acesso do surdo a sala de aula e, também, ao ensino de Libras.

De acordo com Carvalho (2007), na antiguidade já havia registros de pessoas surdas. Observando a maneira como eram tratadas, destaca-se o trabalho de Aristóteles (355 a.C.) que ensinava aos seus discípulos que os surdos não tinham linguagem, portanto eram considerados “incapazes de raciocinar”. Para este filósofo o surdo era tido como imperfeito e com relação ao dom da oratória, característica marcante dos povos da antiguidade, as pessoas surdas eram consideradas incapazes, uma vez que os filósofos atribuíam a fala à capacidade de pensar, raciocinar, gerar conhecimentos.

Na antiguidade também encontramos os conceitos defendidos pelos religiosos. Santo Agostinho (354-430 d.C.) defendia a ideia de que nascidos surdos eram consequência de uma vida pecaminosa exercida pelos pais, ou seja, um castigo que os pais de filhos surdos estavam pagando. Esta explicação acabou por determinar a premissa de que pessoas surdas não possuíam alma imortal, pois sem a oralidade eles não poderiam proferir as palavras sacras, as orações e nem clamar por Deus e seus sacramentos.

Acreditava-se que os Surdos podiam se comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceites quanto à salvação da alma (CARVALHO, 2007). Este forma seria a restituição dos pecados que haviam cometido.

Como não possuíam significativa expressão na sociedade foi criado em 529 A.C pelo Imperador Justiniano uma lei que impossibilitava os surdos (especialmente os com condições financeiras, pois crianças surdas pobres eram eliminadas

rapidamente) de celebrar contratos, legítimos testamentos e até mesmo ser possuidor de propriedades ou reivindicar direitos a pensão ou heranças. Esta lei apenas configura a imagem de segregação sofrida pelo surdo antes da Idade Média. Além disso, em outras culturas tinham suas formas de tratar as pessoas surdas, como a chinesas, que os jogavam ao mar (PENA; SAMPAIO, 2010).

Revelando uma nova perspectiva de enxergar essa realidade, no fim da Idade Média e início do Renascimento, esta perspectiva religiosa foi se afastando partindo para a esperança da razão em que a deficiência passava a ser considerada e estudada sob a ótica médica e científica, como fonte não de estranhamento ou medo, mas sim de ciência, de vida, de novas concepções (CARVALHO, 2007).

Na idade moderna, surge a visão clínica, na qual o surdo era tido como defeituoso, sendo considerado alguém com problemas, visto que não utilizava a linguagem oral. Analisando esta visão as pessoas surdas eram tidas como possuidoras de limitação física. Para Pena e Sampaio:

[...] a tradição médico-terapêutica influenciou a definição da surdez, a partir do déficit auditivo e da classificação da surdez (leve, profunda, congênita, pré-lingüística, etc.), deixando de incluir a experiência da surdez e de considerar os contextos psicossociais e culturais nos quais a pessoa surda se desenvolve. De acordo com o conceito clínico-terapêutico, os surdos muitas vezes foram tidos como doentes que precisavam de tratamento, para que fossem curados e chegassem o mais perto possível da normalidade, dos ouvintes. Para isso, o surdo deve viver entre ouvintes e lhe é indicado para a melhoria de suas condições de comunicação a prótese auditiva. Tem-se o modelo linguístico do ouvinte para o surdo (2010, p. 03-04).

Portanto, cabe compreender que surdez não significa mudez, não mais cabendo agora a expressão surdo-mudo que deixou de ser a alcunha da pessoa surda, não significando que o surdo é mudo, pois sua perda é no seu aparelho auditivo não nas cordas vocais. (ALBRES, 2005)

É de fundamental importância nos apropriarmos desta nova realidade, quando a inclusão começa a ganhar expressão, requisitando dos educadores preparo para formar essa nova geração e nada melhor do que a qualificação profissional para garantir essa mudança.

Na Modernidade, mais um educador, filósofo e estudioso da surdez estabeleceu importantes considerações acerca da atividade de educação para surdos, foi John Wallis, que em meados do século XVII e XVIII foi educador de Surdos. Através de sua técnica e estudos ensinou vários surdos a falar, mas desistiu desse método de

ensino, dedicando-se à arte da escrita como fonte de disseminação de conhecimentos acerca da educação dos surdos. Seus métodos destacavam o uso de gestos mais que o ensino da escrita (DEUS, 2011).

Seus ensinamentos precederam outros estudiosos, tais como George Dalgarno que desenvolveu um sistema inovador de Dactilologia; o educador e estudioso Konrah Amman, que em suas reflexões defendia o uso da leitura labial, pois tinha profundas convicções religiosas acerca da fala, como “Dom de Deus”, com este estudioso ainda perdurava a concepção de que as pessoas surdas que não expresse oralidade não possuíam alma, não eram seres humanos.

George Dalgarno desenvolveu um sistema inovador de dactilologia. Konrah Amman, defensor da leitura labial, já que considerava que a fala era uma dádiva de Deus que fazia com que a pessoa fosse humana (não considerava os Surdos que não falavam como humanos). Amman não fazia uso da língua gestual, pois acreditava que os gestos atrofiavam a mente, embora os usasse como método de ensino, para atingir a oralidade (SAMUDIO, 2012, p. 03)

Para Charles Michel de L'Épée, professor surdo francês, os surdos eram considerados seres humanos normais dotados de conhecimento, mas que precisavam de auxílio para compreender o mundo ao seu redor, assim, o ensino dos surdos associado a ele foi primeiramente de caráter religioso, sendo estas contribuições essenciais para a comunidade e a história dos surdos no mundo.

Os seus principais atributos deixados para marcar a história do surdo foram: criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris (primeira escola de Surdos do mundo); reconhecimento do Surdo como ser humano, por reconhecer a sua língua; adoção do método de educação coletiva e, por fim, o reconhecimento de que ensinar o surdo a falar seria perda de tempo, antes que se devia ensinar-lhe a língua gestual (ALMEIDA, 2010).

Essas premissas desenvolvidas no século XVIII e XIX foram primordiais para o reconhecimento da identidade da pessoa surda hoje. Nesse percurso histórico, destaca-se o também francês Jean Massieu como sendo um dos primeiros professores surdos do mundo; bem como o educador Laurent Clerc, que era surdo, acompanhante e disseminador junto com Thomas Hopkins Gallaudet da educação para surdos como um ato de civilidade, dignidade e respeito com o ser humano. Gallaudet era educador e ouvinte, vivenciando toda a realidade da educação de

surdos nos EUA, sendo responsável por juntos abrirem uma escola para surdos, em Abril de 1817.

[...] Reconhece-se que a história da interpretação nos Estados Unidos teve seu início com Thomas Hopkins Gallaudet, educador ouvinte americano, que interpretava para Laurent Clerc, surdo francês, levado aos Estados Unidos para a fundação de escolas para pessoas surdas (ALMEIDA, 2010, p. 17).

Esta escola ficou conhecida no mundo inteiro, intitulada como “Escola de Hartford”. Gallaudet estabeleceu, nessa escola, enquanto diretriz curricular a Linguagem Gestual Americana, passando ainda a ser usado o inglês escrito e o alfabeto manual para instruir melhor o educando, essas técnicas não são apenas para atribuir oralidade à pessoa surda, mas para que possam ter todas as oportunidades de ensino como outra pessoa qualquer. A questão do gestual foi importante para estabelecer este modelo de educação inclusiva que temos hoje em dia, pois, através da importância da língua gestual, a utilização da LIBRAS foi um passo a se firmar há muitos anos na educação.

Em 1830, quando Gallaudet se aperfeiçoou no ensino para surdos, já existiam nos Estados Unidos cerca de 30 escolas para surdos, todas adotando seu modelo a priori, mas revelando métodos diferentes de alcance a aprendizagem de pessoas surdas.

[...] A interpretação no sistema público de educação ocorreu em 1815, com a fundação do American Asylum for the Deaf (hoje American School for the Deaf) em Hartford, Connecticut. Um fato curioso destacado pela autora na história da educação de surdos americana é que Alexander Graham Bell, defensor da educação oral para crianças surdas, atuava como intérprete em ocasiões públicas para amigos surdos adultos, por saber a língua de sinais (ALMEIDA, 2010, p. 17).

Em 1872, ano marcante para a educação, em que destacou as prevalências quanto à educação de surdos. No Congresso de Veneza decidiu-se as seguintes reflexões: O meio humano para a comunicação do pensamento é a língua oral; Se orientados, os surdos leem os lábios e falam; A língua oral tem vantagens para o desenvolvimento do intelecto, da moral e da linguística.

Essas discussões foram fundamentais no que se procurou expor no Congresso de Milão, em 1880, sendo considerado um momento difícil na história da educação dos surdos, uma vez que lá um grupo de ouvintes decidiu excluir a língua gestual, sendo expressivamente substituída pelo oralismo, de forma que o comitê encarregado

do congresso era excepcionalmente composto por ouvintes, apresentando um certo grau de descaso e de discriminação com educadores de surdos e dos próprios surdos que acabavam por compor uma nova elite pensante de nossa sociedade.

O Congresso de Milão que aconteceu em 1880 reuniu surdos da Europa e dos EUA, definiu uma nova corrente na educação dos surdos: a oralista. A linguagem de sinais foi proibida, o domínio da língua oral passou a ser uma condição para aceitação da pessoa com surdez dentro de uma comunidade majoritária. (DEUS, 2011, p. 03)

Com o referido Congresso, com duração de 03 dias, ficaram acordadas as seguintes resoluções:

O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;

O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;

Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;

O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo;

Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta História dos surdos no mundo (p 66-68)

Dessa forma, infelizmente, em decorrência desse acontecimento, a técnica do oralismo foi eleita na educação dos surdos e proferida durante muitos anos, perdurando desde os fins do século XIX e boa parte do século XX.

A constatação de que os surdos eram subeducados com o enfoque oralista puro e de que à aquisição da língua oral deixava muito a desejar além da realidade inquestionável de a comunicação gestual nunca deixou de existir entre os surdos, fez com que uma nova época se iniciasse dentro do processo educativo dos surdos, nascendo assim à abordagem educacional por meio do Bilinguismo (DEUS, 2011, p. 05)

Estas e outras concepções foram sendo ampliadas e discutidas na comunidade acadêmica. Assim, durante o século XX, já como premissas a serem desenvolvidas no século XXI, com relevante destaque no campo científico e das tecnologias em que, particularmente no campo da surdez, a educação dos surdos foi profundamente afetada, pois a questão da oralidade ganhou espaço significativo, deixando muitos estudiosos a acreditar que a língua gestual tivesse sido extinta.

Esta premissa acabou por dificultar a socialização dos surdos, pois eles não conseguiam se comunicar totalmente com os ouvintes. O surgimento de aparelhos de surdez foi um marco nesse século, com o surgimento de um implante coclear em 1970 aparecem as primeiras tentativas de implantes.

3.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Uma das primeiras iniciativas de educação de surdos no Brasil aconteceu no ano de 1855, quando o professor francês surdo Ernest Huet foi convidado pelo Imperador D. Pedro II para vir ao Brasil no intuito de realizar atividades que estimulassem a comunicação das pessoas surdas. Neste sentido, o professor francês elaborou um programa que incidia no uso do alfabeto manual e a Língua de Sinais utilizada na França.

Assim, em sua trajetória acadêmica, o Francês exibiu documentos importantes para desenvolver o processo educacional dos surdos. Essas apresentações foram realizadas de forma simples, visto que, até aquele momento, não havia registro de uma escola especial ou que atendesse o surdo (MOURA, LODI, HARRISON, 1997).

Neste sentido, no ano de 1857, através da Lei nº 939, assinada pelo Imperador D. Pedro II, funda-se o Instituto Nacional de Educação dos Surdos-Mudos (INESM). Hoje em dia, Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), no do Rio de Janeiro-RJ.

Como solicitação de Ernest Huet, foi fundada no Brasil a primeira escola de surdos, buscando atender a essa parte da sociedade. Com o passar dos anos, muitas evoluções e retrocessos na educação do surdo foram constatadas em nossa sociedade, em parte devido a partida desconhecida de Huet em 1862, que até então era diretor do instituto, bem como publicações de documentos importantes no que tange a educação do surdo no Brasil, tais como:

Em **1873** – Surge a publicação do mais importante documento encontrado até hoje sobre a Língua Brasileira de Sinais, o “Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos”, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama.

1913 – Em 24 de Maio, é fundada por João Brasil Silvado Jr. a Associação Brasileira dos Surdos-mudos (ABSM), cuja cultura obteve um grande desenvolvimento, também se revela com verdadeiro destaque em nossa País (DAMÁSIO, 2007).

Já no que diz respeito aos avanços no século XX, mais precisamente no ano de 1911, o INES passou a seguir a tendência mundial na educação para surdos no que concerne a utilização apenas do oralismo puro nas aulas. De forma que, de 1930 a 1947 surgiu um episódio marcante na educação do surdo, pois o atual diretor do Instituto, o Dr. Armando Paiva Lacerda, faz exigências aos alunos surdos para que os mesmos não usem a Língua de Sinais. Neste sentido, foi liberada apenas a utilização do alfabeto manual, o que consistia na comunicação do surdo através da escrita da palavra desejada num papel (CARVALHO, 2007).

Essa imposição foi motivo suficiente para que, em 1950, alunos surdos não adaptados a essa imposição do oralismo vinda de moldes europeus e americanos, passaram a utilizar a linguagem de sinais e o alfabeto manual, estabelecendo até mesmo com os educadores essa forma de ensino. Este ato revoltoso culminou na abolição total da linguagem de sinais pelo INES em 1957.

Com esta carga de mudanças e conquistas da educação do surdo, apenas em 1975, chega ao Brasil a Comunicação Total, partindo da premissa já antes estipulada, porém agora o surdo teria que utilizar a linguagem de sinais e a oralidade. Assim, no ano de 1977, foi criado no Rio de Janeiro a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), com o intuito de melhor compreender a educação do surdo e revê conceitos e diretrizes educacionais que não excluíssem o surdo do processo de ensino e aprendizagem da língua (MOURA, LODI, HARRISON, 1997).

Mas, foi somente na década de 1980, que o Bilinguismo chega ao Brasil. Um novo cenário se formou em nossa sociedade, seja educacional, seja socialmente falando sobre a realidade, vivência e educação da pessoa surda no Brasil.

As prerrogativas vindas de fora eram importantes, mas agora partilhava-se da experiência e da vivência dos educadores e das pessoas surdas na formulação de ideias e diretrizes que realmente contemplassem essa realidade, surge a Língua de Brasileira de Sinais. E em 1991, a LIBRAS foi oficialmente reconhecida como uma língua através da legislação pelo Governo do Estado de Minas Gerais Lei nº 10.397 de 10 de janeiro de 1991.

Assim, dentre tantas conquistas, no ano de 2002, foi promulgada mais um Lei a de nº10.436 em 24 de abril, que traz ao cenário educacional e social brasileiro o

reconhecendo da LIBRAS como língua oficial das comunidades surdas do Brasil (CARVALHO, 2007).

Neste sentido, seguiram-se outras modificações e conquistas legais da pessoa surda em prol de sua educação, tais como: 2005 (O Decreto 5626 em 22 de dezembro veio regulamentar a Lei nº 10.436); 2006 (Exame de Certificação Tradutor Intérprete de Libras – Prolibras, instrutor de Libras e o Curso de Letras-Libras Bacharelado e Licenciatura EaD – Educação a Distância); 2010 (Curso Superior de Letras-Libras Bacharelado e Licenciatura presencial UFSC); e por fim, a promulgação da Lei nº 12.319, em setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)) (CARVALHO, 2007).

3.4 METODOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO COM SURDOS

3.4.1 ORALISMO

O Professor Fernando Capovilla considera oralismo:

Essa ênfase no ensino da oralidade, pelos professores oralistas, revela o reconhecimento do importante papel da linguagem para o desenvolvimento humano, pois, tais professores, consideravam que, pela competência lingüística oral, o surdo poderia desenvolver-se e integrar-se ao mundo dos ouvintes (2001, p. 1481).

A questão do oralismo revela a importância da linguagem e como a mesma deve ser levada em consideração no processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda.

Segundo Soares, configura-se como oralismo o:

Processo educacional pelo qual se pretende capacitar o surdo a compreensão e na produção da linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo possuindo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir como interlocutor por meio da linguagem oral (1999, p. 01).

O processo educacional deverá consagrar práticas que estimulem a educação das pessoas surdas e não as deixe a margem, estabelecendo formas específicas de ensino. O que se busca na questão do oralismo enquanto prática de ensino para o surdo é mais a expressão da linguagem que o desenvolvimento de outras habilidades.

3.4.2 COMUNICAÇÃO TOTAL

Quanto a comunicação total, entendemos pela metodologia de ensino que:

A Comunicação Total considera as características da pessoa com surdez utilizando todo e qualquer recurso possível para a comunicação, a fim de potencializar as interações sociais, considerando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas dos alunos (DAMÁSIO, 2007, p. 19).

Este conceito remete a ideia de que toda forma de comunicação é válida desde que a mesma estabeleça ligação social e intelectual. A comunicação total também explicita a questão da interação social, pois a partir do momento que a pessoa surda se comunica com o outro que é ouvinte, por exemplo, essa falta de domínio da língua pode ser desconsiderada, uma vez que ambos irão estabelecer uma forma de comunicação em que se revela uma nova forma, própria, de construção do conhecimento.

3.4.3 BILINGUISMO

Sobre o bilinguismo Damázio afirma que:

As propostas educacionais do Bilinguismo começam a se estruturar a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Libras. O Decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional, definindo também que para os alunos surdos a primeira língua é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, orienta ainda para a formação inicial e continuada de professores e formação de intérpretes para a tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (2007, p.20).

Com este contexto surge o bilinguismo, que configura uma forma de capacitar o surdo em duas modalidades de língua, em que o mesmo se utilize de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social: a Língua de Sinais (que no Brasil é a LIBRAS), e a língua da comunidade ouvinte na modalidade ouvinte (Português) (DAMÁZIO, 2007, p. 20).

Esta proposta educacional firma o compromisso do Ministério da Educação (MEC) com a garantia dos direitos à educação de pessoas surdas em todo o território nacional, procurando analisar as proposições de ensino na educação de alunos

surdos no Brasil como uma cultura educacional capaz de modificar o modo de ver, pensar e agir.

Na análise destas proposições de ensino tomamos como ponto de reflexão o significado da surdez segundo o MEC e os decretos leis instituídos ao longo dos anos no Brasil. Os mesmos requerem que o ensino se modifique no decorrer dos anos letivos, que aborde uma concepção de linguagem que siga de certa maneira o sugerido pela educação geral, da linguagem oral, por assim dizer, associando-a como código para língua, estabelecendo como atividade discursiva e constituidora da identidade dos indivíduos surdos, em que o bilinguismo tem um papel primordial nesse processo construtor de conhecimento.

Souza (1998) aponta que o bilingüismo, além das questões lingüísticas de reconhecimento da Língua de Sinais, requer uma posição política do Estado em dar suporte para essa minoria lingüística. Favorito (1999) discorreu sobre dois princípios básicos que orientam a proposta educacional bilíngüe: a exposição da criança surda, o mais cedo possível, à LIBRAS, por intermédio de monitores surdos, consultoria aos professores sobre a LIBRAS (ALBRES, 2005, p. 38).

Com tantas mudanças, a educação e o ensino de LIBRAS sofreu relevante impacto, contribuindo para a sua realidade hoje, neste sentido, bem explicita o autor abaixo:

Recentemente, no Brasil, houve a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, estabelecida como meio de comunicação de surdos, com uma ressalva de que "A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa" (ALBRES, 20105, p. 37).

De acordo com a legislação brasileira, o ensino de LIBRAS foi uma importante conquista para a educação e para as garantias de socialização e respeito a pessoa surda, configurando uma importante marca para a história do surdo nos dias atuais. Como bem explicita o autor abaixo:

Os surdos conquistaram, após muita luta, o reconhecimento oficial da Libras, mas isso não garante a mudança de posicionamento dos familiares e educadores, o que indica que o dualismo entre oralidade e Língua de Sinais permanece. Temos observado uma movimentação, no sentido de divulgação da Língua Brasileira de Sinais, como essencial para o desenvolvimento cognitivo lingüístico e psicossocial do sujeito surdo. Acredita-se que, a partir da conscientização, pode-se vislumbrar a mudança de paradigma (ALBRES, 2005, p. 37).

Este e outros resultados são importantes no tocante do estudo da situação educacional da pessoa surda, apesar de que ainda se tem um longo caminho a percorrer.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de caráter qualitativo, descritivo, foi realizada com a aplicação de um questionário com o objetivo de compreender a importância do acesso ao ensino de LIBRAS.

Nossa motivação inicial em realizar esta pesquisa foi obter conhecimentos adquiridos dentro da área de Educação Especial e para fornecer subsídios para o presente trabalho sobre o ensino de LIBRAS e sua importância na formação do educador. Posteriormente, nossa inserção na área da Educação Especial requisitou a necessidade de um melhor aprofundamento dos temas correlatos a mesma.

Para o desenvolvimento da pesquisa, selecionamos uma estudante já dos anos finais do curso de Pedagogia da UEPB, que também tem aulas de LIBRAS na FUNAD. A escolha foi decorrente de a mesma cursar ambos os cursos tal qual a pesquisadora e, assim, despertar o interesse no estudo de LIBRAS, de forma que na pesquisa iremos chamá-la de “P1”. Assim, foi proposto no questionário (Ver anexo 01) com perguntas que relacionassem a importância do acesso ao curso de Libras, com a intenção de analisar sua visão sua sobre o ensino de libras.

Sendo assim, a primeira pergunta feita à referida entrevistada foi: “Qual o objetivo em aprender LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)?”. De forma objetiva a mesma explicitou a seguinte resposta:

P1: “Acredito que o ensino de libras é de fundamental importância no que tange a formação do professor, em especial dos anos iniciais, visto que é importante que o professor consiga se dirigir ao educando e assim atingir uma educação comprometida com a aprendizagem, considero ainda que para que haja inclusão devemos estar cada dia mais capacitados para receber esses educandos em nossas salas de aulas”.

Na segunda questão a pesquisadora direcionou seu foco sobre como a entrevistada considera ser o conceito mais correto para definir a pessoa surda, ou seja, “qual o seu conceito sobre a pessoa surda”.

P1: “A pessoa surda é aquela que apresenta uma deficiência física com relação ao seu aparelho auditivo, mas que não impede que a mesma compreenda e desenvolva as demais habilidades no concerne a fala (oralidade), dentre suas capacidades. Apesar de que a história difere que em cada época e sociedade a pessoa surda era vista de uma forma diferente, sendo cabível a várias interpretações”.

A terceira indagação foi: “A Educação dos surdos, passou por alguns avanços. Como você considera o momento em que se encontra a educação dos surdos hoje?”.

P1: “No que diz respeito a inserção da pessoa surda no processo educacional acredito que a legislação avançou bastante, mas, também considero que as escolas e o corpo docente necessitam muito de formação para o trabalho com a pessoa surda. Acredito também, que a sociedade teve um importante papel nesse processo de inclusão, pois o olhar para as pessoas portadoras de necessidades de forma geral mudou e foi importante para que a história do surdo fosse diferente. A escola hoje tem um papel fundamental buscando conhecimentos e garantindo a inclusão da pessoa surda no processo educacional e socialmente falando. E por fim, entendo que a pessoa surda hoje ocupa uma posição importante na sociedade e na escola, sendo possível identificar nesses espaços a emergência no processo educacional e a percepção da aprendizagem da língua”.

A quarta questão procurou identificar o conhecimento sobre a temática abordada, estabelecendo quanto pergunta o seguinte: “O conhecimento sobre LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e educação dos surdos lhe auxiliará em quais aspectos em sua formação?”.

P1: “A Língua Brasileira de Sinais auxilia-me no processo de compreensão dos limites de aprendizagem da pessoa surda. Bem como, nesse mesmo passo, me fornece habilidades e competência em trabalhar em salas de aulas com pessoas surdas, sem prejudicar seu aprendizado, e assim, promover uma verdadeira transformação na identidade curricular da escola e da identidade educacional e social desse educando”.

Na última indagação direcionada a entrevistada foi quanto ao conhecimento adquirido no Curso de LIBRAS: “Como você pretende utilizar o conhecimento adquirido nas aulas de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)?”.

P1: “Pretendo, enquanto educadora, revê conceitos e adquirir metodologias de ensino que promovam a inclusão das pessoas surdas nos sistemas de ensino regular, levando em consideração que as pessoas com deficiências também sejam incluídas nesse processo, estabelecendo diferentes olhares sobre surdo de hoje para o futuro.

No que diz respeito a resposta acima podemos destacar o que descreve sobre o Capítulo IV da difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa, destacando a importância da formação em LIBRAS, bem como os conhecimentos que esse estudo traz para a formação do educador, estabelecendo os diferentes olhares para a educação e para o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, assim, faz-se necessário referenciar a seguinte passagem:

§ 1o Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem: III - prover as escolas com: a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos (BRASIL, 2005).

Esse decreto descreve a garantia do acesso das pessoas surdas à educação, associando ao que a entrevistada respondeu. Dessa forma, cada uma dessas questões foi uma forma de melhor compreender a temática em questão, levando em consideração a situação em que se encontra a pessoa surda na sociedade, na educação e na nossa legislação.

Neste sentido, podem-se destacar pontos de estudo, conceitos e premissas possíveis na educação dos surdos, no que concerne o presente estudo e suas atribuições, como bem estarão descritos nas conclusões deste trabalho, desde as conquistas que existiram sobre a educação da pessoa surda até o presente, revelando novas metodologias dentro da área educacional relacionada ao ensino regular que estão vindo para associar conceitos ao trabalho com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Este e outros pontos foram destacados como essenciais no tocante deste trabalho, bem como a formação continuada e a capacitação do profissional da educação.

5 CONCLUSÃO

As mudanças e avanços referentes ao ensino e à docência com relação a educação dos surdos no mundo foram profundas e acarretaram transformações no modo de vida e de expressão da pessoa surda, convergindo com a realidade que encontramos hoje.

São muitos os pontos que merecem destaques neste estudo, principalmente relacionados à formação continuada dos docentes, bem como a própria atenção do educando surdo. Estas são marcas decisivas no ensino de LIBRAS e no reconhecimento das habilidades da pessoa surda, que a cada dia parece-nos se perder. Mas, para chegarmos a essa excelência, ainda que com muitas dificuldades, temos que analisar todo o processo histórico para sua concretização e, assim, o que se observou enquanto fundamental para a realização de uma prática social docente coerente e associada a prática e a parte teórica no ensino de LIBRAS, hoje em dia, não devemos limitarmos apenas a formação inicial do professor, mas, também, buscar a qualificação dos espaços escolares e da conscientização familiar e social de que o surdo aprende como outro ser humano qualquer, que é especial, mas que possui a capacidade de estimular suas habilidades de outras formas.

Reverendo os conceitos do ensino e da aprendizagem e associados ao ensino de LIBRAS para a educação do surdo nas escolas regulares, o resultado obtido na pesquisa foi proveitoso e possibilitou expor pontos de melhoria para o ensino e para a compreensão dele. Sendo assim, os resultados obtidos foram: uma nova visão para a questão da formação do profissional uma vez que este a partir de novos estudos melhorará sua prática pedagógica; vislumbrar as conquistas que as pessoas surdas alcançaram no decorrer do tempo, ainda que essas sejam insuficientes diante a demanda que ainda pode ser suprida dentro do processo educacional; o acesso ao ensino bilíngue que deve ser estimulado e mantido em salas com alunos surdos.

Este estudo tem relevância no reconhecimento e na finalidade da Língua Brasileira de Sinais e do Bilinguismo para a formação do profissional e do educando surdo, passo importante para a continuidade da pesquisa e estudos acadêmicos, que levem em consideração a educação bilíngue dentro das escolas e traga as línguas para a vivência do educando, estimulando suas capacidades como um todo.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva da Aquino. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores.** Campo Grande/MS, 2005.

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi. **Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas especiais.** CORDE, Brasília, 1994.

_____. **Lei federal n. 7853/89** dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, 1989.

_____. **Lei Federal n.8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e das outras providencias. Porto Alegre: CMDCA, 1996.

_____. **Lei Federal n. 10.436 de 24 de abril de 2002.** Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e das outras providencias, Brasília, 2002

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol I e II.** Brasília, 2002.

_____. **Lei Federal n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 23 agosto 2016.

_____. **Lei Federal n. 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 23 out. de 2011.

CARVALHO, Paulo Vaz ded. **História dos Surdos no Mundo.** Editora Surd'Universo. Lisboa, 2007.

CASTRO, Roney Polato de; PEDROSA, Marilda de Paula. **Encarando a diversidade: o ensino e aprendizagem de ciências e a formação de alunos surdos.** Revista virtú. Juiz de Fora, n.2, 2005. Disponível em:<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo_2a_31.Pdf>. Acesso em: 10 agosto 2016.

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva.** DF: MEC/SEESP, Brasília, 2007.

DEUS, Maria de Lourdes Fonseca de. **SURDEZ: Linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum.** Maringá, 2011.

- FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GOLDFELD, M. Surdez. In: GOLDFELD, M (Colaboradores). **Fundamentos em Fonoaudiologia e linguagem**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1998.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., Atlas, São Paulo, 2007.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 1992.
- MEC/SEESP, 2002. BRASIL. **Decreto n. 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 23 agosto 2016.
- MOURA, Maria Cecília de, LODI, Ana Claudia B., HARRISON, Kathryn M. P. **História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais**. In: LOPES FILHO, Otacílio de C. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997. Bibliografia: p. 327-357.
- SAMUDIO, Cristiane Lima dos Santos. **Cultura do Surdo**. 2012. Disponível em: <http://cristianesamudio.blogspot.com.br/> Acessado em: 19 de setembro de 2016.
- SILVA, V. et al. Educação de surdos: Uma releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, R. M. (Org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ. Arara Azul, 2006.
- SKLIAR, Carlos. **Educação & Exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, Editora Mediação, 1997.
- SKLIAR, Carlos. Os estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. IN: SKLIAR, Carlos (Org.) **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Mediação, Porto alegre, 1998.
- SOARES, M.A. **A educação do Surdo no Brasil**. Autores Associados, Campinas-SP, 1999.
- TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. **Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas**. Autores Associados, UMEESP, ANPAE, Campinas-SP.

ANEXOS.



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Questionário destinado a Estudante de Pedagogia – UEPB e LIBRAS da FUNAD

1 - Qual o interesse em aprender LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)?

2 - Qual o seu conceito sobre a pessoa surda?

3 – A Educação dos surdos passou por alguns avanços. Como você considera o momento em que se encontra a educação dos surdos hoje?

4 - O conhecimento sobre LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e a educação dos surdos lhe auxiliará em quais aspectos em sua formação?

5 - Como você pretende utilizar o conhecimento adquirido nas aulas de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)?